Dossiê

O IMPÉRIO EM ANTÔNIO VIEIRA: ENTRE O GLORIOSO E O PROSAICO, O PRAGMÁTICO *

Milton Moura**

Resumo: este artigo coloca elementos biográficos e literários do jesuíta português Antônio Vieira (1608-1697), procurando desvendar os caminhos da construção que elaborou, ao longo de sua longa vida, sobre o Império lusitano. No sentido de ver Portugal tornar-se o Quinto Império do mundo, conforme sua leitura das Escrituras, Vieira propõe a adoção de estratégias mercantilistas. Sua concepção de governo é ao mesmo tempo teológica e pragmática, vendo a realização do Império em meio a circunstâncias desfavoráveis e considerando a própria fragilidade de Portugal.

Palavras-chave: Antônio Vieira. Portugal. Colonialismo. Catolicismo. Jesuítas.

THE EMPIRE BY ANTONIO VIEIRA: THE PRAGMATIC BETWEEN THE GLORIOUS AND THE PROSAIC

Abstract: *this article presents biographical and literary elements of Portuguese Jesuit Antonio Vieira (1608-1697), seeking to explain the ways he built the idea of Portuguese Empire, throughout his long life. In order to see Portugal become the fifth Empire in the world, according to his reading of Scripture, Vieira proposes the adoption of mercantilist strategies. His conception of government is theological and pragmatic at the same time, seeing the completion of the Empire amid unfavorable circumstances and considering the very fragility of Portugal.*

Keywords: *Antonio Vieira. Portugal. Colonialism. Catholicism. Jesuits.*

Até o final do século XX, a importância de Antônio Vieira era mais frequentemente relacionada ao seu talento retórico. Os Sermões são os seus textos mais conhecidos, ocupando o primeiro lugar em citações e referências do autor. As próprias comemorações que marcaram o quarto centenário do seu nascimento, mais destacadas em Portugal que no Brasil, ressaltaram o esplendor de sua oratória como o ponto máximo do barroco em língua portuguesa. O epíteto que lhe foi conferido

* Recebido em 20.10.2014. Aprovado em: 17.11.2014.

** Pós-doutor pela UFPE. Professor na Universidade Estadual da Bahia.

por Fernando Pessoa – "o Imperador da Língua Portuguesa" – é reiterado amiúde. Outros nomes, entretanto, retomaram este superlativo. José Saramago afirmou que "a língua portuguesa nunca foi mais bela que quando a escreveu esse jesuíta"[1]. O político e historiador português António de Sampaio da Nóvoa, por sua vez, proclamou: "Em português, as palavras são Vieira. Ninguém, antes dele, fez tanto com as palavras. Sem Vieira, não teríamos a língua que temos".[2]

A edição da *Obra Completa do Padre António Vieira*, no final de 2014, sob a direção de José Eduardo Franco e Pedro Calafate, em Lisboa, com a participação de diversos autores brasileiros e portugueses, pode desencadear uma saudável onda de estudos sobre a obra deste personagem tão especial do século XVII. Os trinta volumes estão agrupados em quatro tomos: Epistolografia, Parenética, Profética e Vária. Seria de supor que a diversidade da obra de Vieira tenha, desta vez, uma visibilidade maior que alcançou em outras ocasiões.

Neste artigo, trata-se de relacionar a destreza singular de Vieira como orador ao seu pragmatismo político, o que se mostra sempre indissociável de sua percepção da relação colonial e da própria constituição do Império. Antes de se ocupar propriamente do autor, pontuam-se algumas contribuições de historiadores sobre o período, buscando melhor situar a reflexão sobre o seu perfil.

ASPECTOS DA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA RECENTE SOBRE A RELAÇÃO COLONIAL

Nas últimas décadas, a historiografia sobre o Brasil Colônia vem modulando o nome do seu objeto. Boa parte dos trabalhos mais recentes prefere o binômio América Portuguesa. Embora a expressão Brasil Colônia permaneça nomeando componentes curriculares, os pronunciamentos em congressos e a própria escrita da História vêm preferindo a segunda formulação. Se o Império encontra-se inserido numa teia de estruturações históricas correspondente à expansão ibérica, à conquista da América e parte das costas da África e do Oriente, ao mercantilismo e à acumulação inicial de capital, a novidade parece ser a reconstituição de parte da tessitura da teia que se situa do lado de cá e da complexidade correspondente às suas diversas extensões territoriais e marítimas.

Em termos de matrizes historiográficas, a visão estrutural que encontra em Fernando Novaes (1996) um expoente máximo, seguindo o caminho aberto no Brasil por Caio Prado Júnior (1993) com o conceito de sentido da colonização, vem sendo complementada por aportes que procuram apreender a dinâmica colonial como um jogo em que os praticantes desempenhavam papéis mais diversificados e de contornos que podem parecer sutis à historiografia brasileira clássica. Tanto autores brasileiros como portugueses vêm insistindo na importância da reconstituição de um aparelho colonial com contornos relativamente próprios na América Portuguesa.

Isto se pode afirmar também com relação aos brasilianistas. Por muito tempo, a visão de Charles Boxer (1969) conservou sua proeminência na reconstituição da história do Império. É significativo que a reimpressão de 2011 de *O Império Marítimo Português* traga um prefácio da pena de Diogo Ramada Curto intitulado: "Uma história conservadora do Império marítimo português?". Nesta breve defesa da atualidade de Boxer, Curto não discorda de que Boxer seja conservador, o que não o exime de acentuar a contraposição de sua obra à de Gilberto Freyre no que se refere ao racismo. Além disso, sublinha que Boxer, um dos pioneiros no estudo das instâncias ultramarinas do governo colonial lusitano, não teria embarcado na tese da descentralização.

Mantendo-se em vista a importância da implantação histórica da própria historiografia, não se poderia dissociar a contribuição de Boxer do contexto dos estertores do próprio Império, que buscou justificar sua presença na África recorrendo justamente às teses da integração racial e da descentralização política. Para Boxer, as interações genéticas praticadas durante séculos entre portugueses, africanos e indígenas da América e seus descendentes se inscreviam num projeto cruel de dominação, enquanto a chamada descentralização não seria mais que uma estratégia de manter a hegemonia guardando as especificidades com que isto se configurava seja no Brasil, seja na África, seja ainda em portos orientais.

Boxer permanece uma referência. Andréa Doré, partindo de pontos de vista diferentes, parece propor mais propriamente uma complementação que uma alternativa ao seu legado. Diante da convicção afirmada por Boxer de que a expansão marítima dos portugueses e espanhóis resultou na quebra do isolamento de diversas sociedades, coloca a necessidade de "compreender as resistências, as

estratégias adotadas pelas diferentes sociedades e as nuanças que marcaram essa saída do isolamento. Seja da parte dos europeus, seja dos inúmeros grupos com os quais entraram em contato" (DORÉ, 2009, p. 196).

Nas últimas três décadas, a ampliação dos programas de pós-graduação em História no Brasil não correspondeu apenas à diversificação da pesquisa no período em foco. Um número considerável de documentos foi resgatado do esquecimento e das traças por pesquisadores obstinados que procuraram reconstituir a dinâmica do Império a partir de fontes inéditas, seja em Portugal, seja no Brasil, incluindo crescentemente fontes relativas às colônias portuguesas na África e no Oriente, principalmente Goa e Macau.

A coletânea organizada por Ronaldo Vainfas e Rodrigo Bentes Monteiro (2009), *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*, produto do núcleo de pesquisa Companhia das Índias, da Universidade Federal Fluminense, apresenta-se como uma realização das mais exitosas neste sentido. Permite abarcar um tema tão polêmico como desafiador: o caráter múltiplo do Império. Para manter-se por quase cinco séculos, foi necessário diversificar as estratégias de dominação. E nisto teriam se desdobrado os portugueses.

No mesmo ano, o lançamento da coletânea organizada por Laura de Mello e Souza, Junia Ferreira Furtado e Maria Fernanda Bicalho, *O governo dos povos* (2009), vem demonstrar a vitalidade da produção historiográfica sobre a construção e manutenção do Império. Reúne um número expressivo de pesquisadores dos dois lados do Atlântico e mostra uma diversidade maior de eixos interpretativos. Entre a afirmação da centralidade do poder e o policentrismo lusitano, as posições têm nuances sutis. O próprio conceito de Antigo Regime é posto em questão, não propriamente no sentido de sua validade, mas de sua aplicabilidade unívoca. A multiplicação dos estudos de caso, a partir de documentação recentemente encontrada, permite que o Império apareça aos olhos do pesquisador do século XXI cada vez mais desafiante nas suas redes de poder.

Neste sentido, resultam preciosos os testemunhos interpretativos dos próprios protagonistas do tempo de estabelecimento e expansão do Império, qual seja, o período entre os séculos XV e XVII. Observa-se uma diversidade impactante entre os graus de abrangência e profundidade desses registros. Alguns dentre eles não parecem conferir ao próprio texto a importância que vêm alcançando recentemente.

É o caso de *As excelências do Governador,* edição foi organizada por Stuart Schwartz e Alcir Pécora (2002). Encontrando-se enfermo o Governador do Brasil, automaticamente tomou a si a coordenação da defesa da capital da América Portuguesa o Vice-Rei da Índia, que se encontrava em Salvador. Vê-se como isto é narrado como algo que diz respeito ao reino, automaticamente:

> Mas como é da natureza do tempo ser inconstante, a aquela alegre nova [a paz entre Portugal e Espanha] se seguiu outra, que além de não ser de gosto não deu pouco cuidado. Foi ela avisar Sua Alteza que se aprestasse todo o necessário para a defesa desta praça, Assim as fortificações, como Armas e a gente de guerra, Porque tinha aviso de que se aprestava em Holanda uma Armada para invadi-la. [...] Mas o grande cuidado e vigilância do governador foi tal que se viu, com efeito, haver voado em vez de correr com os remédios. Não havendo ajudado pouco ao referido achar-se aqui o Vice-rei da Índia, Antônio de Melo e Castro, que naquele tempo havia chegado dela, porque logo que lhe foi apresentada a ordem de Sua Alteza, ele e seu filho vieram em pessoa ao palácio a tomar, como se fossem oficiais, as ordens do governador (AS EXCELÊNCIAS DO GOVERNADOR..., 1676, p. 91).

Com a mesma naturalidade, o autor narra como da Bahia partiram num curto intervalo de tempo expedições navais para Angola e Sergipe, como se a distância entre as duas partes do Império nem tanto importassem diante do Governador.

> Com a brevidade que se pedia o socorro, se despachou para Angola, em quatro embarcações, quatro companhias e alguns cavalos, debaixo das graças feitas aos donos dos navios. Da mesma maneira pôs todo cuidado em sossegar a sedição de Sergipe do Rei [...] Socorrida Angola, sossegado Sergipe, Dispôs-se a mandar companhias de infantaria, assim às vilas de baixo, como a outros postos Por onde o inimigo fazia seus assaltos, obrigando com isto aos moradores a não

> largarem a terra, o que seria multiplicar a falta de mantimentos (AS EXCELÊNCIAS DO GOVERNADOR..., 1676, p. 99-100).

Um dos tesouros mais sedutores da recente historiografia portuguesa é a coleção de relatos de náufragos organizada por Bernardo Gomes de Brito, *História Trágico-Marítima* (1998). Evidentemente, os testemunhos foram registrados por náufragos salvos das ondas, o que explica parcialmente seu entusiasmo, otimismo e gratidão. O que ressalta impressionante nestas páginas é a onipresença da pátria lusitana nos momentos de extrema vexação e perigo experimentados pelos náufragos. As lembranças de pequenas igrejas do interior de Portugal povoam o imaginário e as emoções desses cristãos que viam a morte de perto. Não menos verdadeira é a sua identificação com um Portugal que se expande, seja em função do projeto do Império, seja em função da própria pobreza e falta de perspectiva desses portugueses pobres. É um belo exemplo deste espírito lusitano o relato de Henrique Dias, que associa sua chegada a Salvador ao retorno de Mem de Sá vitorioso contra os franceses no Rio de Janeiro. Cada passo de seu resgate do oceano é associado à epopeia do Governador na defesa do Império.

> Daí a poucos dias de nossa chegada foi a sua, em que a cidade e o povo dela fez grandes mostras de alegria e o festejou com momos e invenções novas e touros e outras festas, até então entre eles pouco costumadas.[3]

A integração transversal de núcleos do Império, ainda que capitaneada sempre pelos portugueses – incluindo aí aqueles nascidos nas colônias como uma decorrência do deslocamento, sem implicações identitárias –, é uma das novidades mais interessantes do desenvolvimento da historiografia do Império. Mais especificamente, aos efeitos deste artigo, da América Portuguesa. É neste sentido que se busca abordar aspectos da obra de Antônio Vieira.

PARA SITUAR HISTORICAMENTE A FIGURA DE VIEIRA

A pergunta que norteia esta reflexão é: como poderia um jesuíta que se mostra ardente na manifestação de sua fé, familiarizado com a tradição teológica cristã e com os clássicos, fazendo uso engenhoso dos alcantis e reentrâncias encontrados nesse imenso acervo, manter sua convicção acerca da validade teológica da afirmação da especialidade do Império no plano divino? Outras duas perguntas vêm completar a anterior: Com que recursos contou? E em que condições operou no sentido de construir seu edifício retórico-político-teológico?

Um elemento que desponta aqui tanto como facilitador de compreensão é a longevidade. Entre seu nascimento em Lisboa, em 1608, e sua morte em Salvador, em 1697, experimentou períodos em Portugal, na Bahia, no Maranhão e em Roma, seja representando diplomaticamente D. João IV e a realeza lusitana recém restaurada, seja para escapar das sentenças da Inquisição. Sua vida sofreu mudanças radicais em termos de legitimação e prestígio, de possibilidades de divulgação de seu pensamento e de poder efetivo de influência na condução dos negócios do Império.

Na juventude, entre Bahia e Pernambuco, Vieira mostra trato familiar tanto com os autores clássicos, vendo-se referências múltiplas aos gregos, como Heráclito, e aos romanos, como Ovídio e Sêneca. Mantinha-se igualmente antenado com a tradição teológica e filosófica medieval, bem como acompanhava as discussões que se desdobravam de forma polêmica na Europa. Em contrapartida, desde o início de sua vida como orador e assessor político, manifestou sem timidez uma intuição que, no curso de sua prolongada biografia, veio a constituir um corpus místico de certezas que, na sua pena, aparecem como uma fortaleza inabalável: Portugal é o quinto dos cinco impérios prefigurados nas Sagradas Escrituras. Esta é a sentença que se colocaria como espinha dorsal de sua *História do Futuro*, como se verá adiante.

O sebastianismo pode ser compreendido como a contrapartida mística deste sonho e projeto, cultivado inclusive pela Companhia de Jesus já quando se interrompeu subitamente a dinastia de Avis, precisamente quando os negócios dos portugueses iam tão bem e a prosperidade se apresentava como uma bênção divina aos projetos de expansão e colonização. D. Sebastião, morto em 1578 na batalha de Alcácer-Quibir, no norte da África, recebera educação jesuítica.

A alta conta em que era tida a Companhia de Jesus vinha desde o estabelecimento da Província de Portugal pelo próprio Inácio de Loyola, em 1546, durante o período de D. João III. Confirmar constantemente que o rei D. Sebastião não havia falecido – apenas desaparecera – foi uma estratégia exitosa tanto no meio da aristocracia e do clero quanto nos ambientes burgueses e populares. Isto equivalia a reafirmar a perenidade e grandeza do Império. A ausência do régio cadáver ocasionou e proporcionou uma forma singular de culto à lusitanidade, o que só pode ser compreendido em suas dimensões se considerarmos o vexame que significou, para boa parte dos portugueses, a submissão à coroa de Espanha por nada menos de seis décadas.

Vieira experimentou sua formação como jesuíta de forma que vale a pena destacar aqui. Outros pensadores portugueses, no período dos Felipes, cultivavam o projeto de restauração do reino. Além disto, estava informado sobre debates candentes no âmbito do pensamento político da época, da qual é um representante ilustre o teólogo jesuíta Francisco Suarez, nascido em Granada em 1548, tendo se tornado conhecido em todo o mundo católico. Pregou em Coimbra entre 1597 e 1615 e morreu em Lisboa em 1617. Suarez costuma ser associado a outros pensadores de seu tempo que precederam, em linguagem teológica, o que filósofos como Hobbes e Locke tornariam conhecido em linguagem laica. Estabeleceu distinções inovadoras entre o poder religioso centralizado na figura do Papa, no caso dos católicos, e o poder temporal encarnado na figura do rei. Para Suarez, o poder do rei não é recebido diretamente de Deus, mas de forma mediatizada, cabendo aos governados o direito de depor o monarca se este não fizesse jus ao posto. Ou seja, não se trata do direito divino tal como a monarquia inglesa havia estabelecido na figura de James I. Não parece haver elementos para afirmar que Vieira é simplesmente um descendente teórico de Suarez, como afirma João Adolfo Hansen (2015, p. 49) e sim que o primeiro estava familiarizado com as teses do segundo, ou, ainda, que teriam bebido nas mesmas fontes, em circunstâncias distintas.

Antônio vem para Salvador em 1614, com oito anos, e entra para a Companhia de Jesus em 1623. Seu talento de escritor já se pode notar em 1626, na *Carta Ânua* que o Padre Provincial dos jesuítas na Bahia lhe solicita para o Padre Geral, Múcio Vitelleschi. O núcleo da narrativa é a queda de Salvador diante dos holandeses e sua retomada no ano seguinte pela armada espanhola. Isto correspondia a uma breve epopeia: a conquista de uma cidadela católica, sede do Império no lado esquerdo do Atlântico, por uma empresa protestante, seguida de sua reconquista.

No mesmo ano, torna-se professor de retórica no Colégio de Olinda, permanecendo aí por um período de pelo menos dois anos. Recebe a ordenação em 1634 em Salvador, passando no ano seguinte a lecionar de teologia no Colégio da Bahia. Passa a pregar em público na cidade e arredores. Nesse momento, Salvador experimentava um ascenso de sua relevância do ponto de vista político, bem como religioso e militar. No *Sermão de São Sebastião*, Vieira traça uma analogia entre a vida e a morte dos personagens homônimos, o santo e o rei.

No sentido de compreender o pensamento do autor numa esteira cronológica tão generosa, já se podem aí antever alguns elementos que se desdobrariam pelas décadas seguintes. A comparação que tece entre os dois personagens cuja biografia foi interrompida de forma tão dolorosa parece uma aplicação do imperativo categórico de Santo Anselmo: como poderia um soberano morrer tão jovem – aos 24 anos – deixando ainda tanto por realizar? Admitir simplesmente sua morte, considerando que não tinha sucessores, seria um contrassenso no plano da história compreendida como plano divino. Seria um absurdo admitir e proclamar simplesmente a morte do rei.

Em 1640, ano da restauração da monarquia portuguesa mediante a ereção da dinastia de Bragança, Vieira profere em Salvador uma de suas peças retóricas mais conhecidas: o *Sermão das Armas de Portugal contra as de Holanda*, que pode ser interpretado como ao mesmo tempo um grito de temor e fé considerando a possibilidade de uma nova conquista de Salvador pelos neerlandeses, enviados desde o Recife pelo Conde Maurício de Nassau. O pregador discute com Deus, ironizando a interlocução e cobrando a manutenção do seu pacto com os lusitanos na construção do Império.

Abrasai, destruí, consumi-nos a todos; mas pode ser que algum dia queirais Espanhóis e Portugueses, e que os não acheis. Holanda vos dará os apostólicos conquistadores que levem pelo mundo os estandartes da Cruz: Holanda vos dará os pregadores evangélicos que semeiam nas terras dos bárbaros a doutrina católica e a reguem com o próprio sangue: Holanda defenderá a verdade de vossos Sacramentos e a autoridade da Igreja Romana: Holanda edificará templos, Holanda edificará altares,

Holanda consagrará sacerdotes e oferecerá o sacrifício de vosso Santíssimo Corpo: Holanda enfim Vos servirá tão religiosamente como em Amsterdão, Midelburgo e Flissinga, e em todas as outras colónias daquele frio e alagado inferno, se está fazendo todos os dias (VIEIRA, Sermão das Armas de Portugal contra as de Holanda. In: *Obras Completas do Padre António Vieira,* Sermões 1959, p. 312).

Se o longo período em que viveu de um lado e outro do Atlântico correspondem a um elemento facilitador do conhecimento sobre Vieira, como dito acima, a diversidade de gêneros literários e ambientes geográficos que caracteriza sua obra se constitui não precisamente como um empecilho, mas certamente como um desafio. Os três gêneros mais destacados são a parenética, justamente o mais conhecido; o epistolário, que vem desde o início da juventude; e os papéis vários, correspondendo a exposição de motivos e aconselhamentos, alguns dos quais seriam sem dificuldade chamados hoje de "relatórios de consultoria".

Por outro lado, Vieira escreveu nas condições mais diversas, seja logo depois da tomada de Salvador pelos holandeses em 1624 e na iminência de uma segunda tomada uma década depois, como já dito. Destrinchar os significados destas peripécias existenciais escapam do escopo do presente artigo, contudo, convém ressaltar algumas constantes que acompanharam o pregador ao longo de sua vida, sendo que algumas delas foram se acentuando ao longo das décadas.

O PENSAMENTO PRAGMÁTICO DE VIEIRA E O QUINTO IMPÉRIO

Tomando-se em conta a capacidade retórica demonstrada inclusive em ocasiões tão especiais, aos 32 anos, não pareceria resultado do acaso sua partida para Portugal em 1641, participando da comitiva que estaria a representar o Brasil nas cerimônias de reconhecimentos da dinastia de Bragança, com a coroação de D. João IV. Comemorar-se-ia em Lisboa o reencontro de Portugal de seu caminho glorioso. É preciso dizer, contudo: glorioso entre percalços e muitas dificuldades. A dinastia de Bragança não seria reconhecida pelo Sumo Pontífice tão cedo, e isto equivale a dificuldades diplomáticas e eclesiásticas não desprezíveis, como, por exemplo, a negação em nomear novos bispos para Portugal.

Vieira passa a gozar da convivência frequente do rei e familiariza-se rapidamente com o ambiente da corte, à qual permanece ligado até a morte do rei em 1656. É convidado a ser preceptor do príncipe herdeiro, Teodósio. No ano seguinte, já é pregador na Capela Real, configurando-se como um ministro poderoso, assessor político e religioso de D. João IV, marcando sua presença com propositividade e ousadia, sem economizar arestas; inevitavelmente, conquistando tanto amigos e admiradores quanto inimigos e detratores. Este traço da biografia de Vieira foi recentemente desenvolvido e sublinhado por Ronaldo Vainfas em *Antônio Vieira: jesuíta do rei* (2011).

É nesse período, em vigoroso exercício da representação diplomática e da assessoria política, que vão tomando corpo nuclearidades temáticas que seriam mais tarde organizados, com maturidade, no formato de livros que despertaram muita polêmica.

Em 1644, apenas três anos após o retorno a Portugal, Vieira se referia aos sonhos de Nabucodonosor e do Faraó encontrados nos textos proféticos como figurações da formação de um fabuloso império. Um dos estudiosos recentes de Vieira, João Francisco Marques (2004), trata da firme fé na predestinação que se pode observar na retórica lusitana dos séculos XVI e XVII, seja em Portugal, seja no além-mar. A obra – e, de modo geral, a própria atuação religiosa e política – de Vieira vem se inserir neste contexto. O próprio recurso a personagens e cenários fantásticos não é exclusivo de seu estilo. O fato de outros autores não terem alcançado a mesma repercussão e não serem percebidos com a mesma admiração ou repulsa não deveriam fazer crer que este aspecto da obra em questão sejam encontrados apenas em seu autor.

Retomando o propósito desta contribuição, trata-se de relacionar seu vigor profético à sua pragmática política. Para este fim, as fontes mais adequadas são as cartas e papéis endereçadas a governantes, tanto religiosos como civis. O exame desses documentos lança questões sobre a dinâmica colonial, tanto na sua estruturalidade econômica e política como no que diz respeito às representações. O que, por si, já coloca o pesquisador numa espécie de circularidade de categorizações: o representacional é político e concerne à economia, enquanto o próprio funcionamento do Império seria inviável sem o sistema de representações cultivado ciosamente, em linguagem predominantemente religiosa.

Resulta transparente, aí, a percepção que Vieira acalentava tanto da grandiosidade do Império quanto da precariedade de suas condições objetivas. O cuidado com a vulnerabilidade do Império e a exaltação de sua vocação divina para o triunfo se amalgamam e se remetem reciprocamente como numa epopeia barroca, em que os contrários se completam e sustentam. Isto se pode observar continuamente na trajetória de Vieira a partir de sua chegada à corte de D. João IV, ou mesmo antes.

Desde 1641, D. João IV toma Vieira como conselheiro também no que concerne à reorganização das finanças do reino, abatidas com a guerra contra Castela. Vieira é radical na política de inovações. Propõe incisivamente a isenção de impostos dos bens móveis dos comerciantes e a formação de um banco comercial e companhias de comércio, tal qual se verifica no caso da Inglaterra e da Holanda. Propõe, ainda, outorgar títulos de nobreza a comerciantes de vulto; não é de estranhar que esta medida tenha sido mal recebida pela aristocracia, tanto quanto a taxação da própria nobreza.

Na perspectiva jesuítica da Contra Reforma, de restaurar velhas instituições com elementos que haviam obtido êxito em instituições adversárias, o que Vieira advogava era uma revolução comercial em Portugal. A motivação para isto parecia ser o enriquecimento e o sucesso dos negócios, em geral, da Companhia das Índias Ocidentais. No trecho da Carta Ânua de 1626 em que descreve a chegada dos holandeses à Bahia, não esconde a admiração diante da inteligência bélica do inimigo:

> Divisavam-se as bandeiras holandesas, flâmulas e estandartes que, ondeando das antenas e mastaréus mais altos, desciam até varrer o mar com tanta majestade e graça que, a quem se não temera, podiam fazer uma alegre e formosa vista. Nesta ordem se vieram chegando muito a seu salvo sem lho impedirem os fortes, porque, como o porto é tão largo, tinham lugar para se livrar dos tiros (VIEIRA, 1995a, p. 154).

Em 1643, o conselheiro do rei propõe conceder o mesmo tratamento aos cristãos velhos e novos. Tratava-se de recuperar os capitais judeus que, desde a perseguição de que haviam sido vítimas durante a dinastia de Avis, sobretudo desde o reinado de D. Manuel, haviam migrado a outras praças, como Haia, Antuérpia e Londres.

> Por todos os reinos e províncias da Europa está espalhado grande número de mercadores portugueses, homens de grandíssimos cabedais, que trazem em suas mãos a maior parte do comércio e riquezas do mundo. Todos estes, pelo amor que têm a Portugal como pátria sua, e a V. M. como seu rei natural, estão desejosos de poderem tornar para o reino, e servirem a V. M. com suas fazendas, como fazem aos reis estranhos. Se V. M. for servido de os favorecer e chamar, será Lisboa o maior império de riquezas, e crescerá brevissimamente todo o reino a grandíssima opulência, e se seguirão infinitas comodidades a Portugal, juntas com a primeira e principal de todas, que é a sua conservação[4].
>
> Ajudar-se-á também V. M. da inteligência destes homens, porque não só por sua indústria se podem trazer das nações estrangeiras por muito acomodado preço as coisas necessárias para a guerra, mas também por suas inteligências secretas se poderão saber os desígnios e granjear as notícias dos reinos estranhos, sem as quais se não pode bem governar o próprio[5].

Estes posicionamentos geraram uma antipatia declarada por parte dos eclesiásticos mais relacionados ao Tribunal do Santo Ofício, principalmente os dominicanos. Além disto, atuando de modo muito personalista, Vieira logrou despertar a antipatia também de membros da própria Companhia de Jesus. É possível que muitos desses jesuítas temessem que a Inquisição se voltasse contra a corporação, pondo em risco, assim, o prestígio coletivo no conjunto do Império. Torna-se fácil, então, compreender que suas posições também desagradavam setores da nobreza, pois, cada vez que se colocava a possibilidade ou a conveniência de ampliar a aliança entre a coroa e a burguesia comercial ascendente, os interesses da aristocracia poderiam estar em cheque.

Voltando de uma missão diplomática na França e na Holanda, em 1647, onde pôde manter contato com judeus descendentes de portugueses expulsos no século anterior e conhecer seu interesse em investir no Império, Vieira propõe a cessão da capitania de Pernambuco aos holandeses, manifestando na ocasião um pragmatismo singular. O chamado *Papel Forte,* que passou às mãos de D. João IV em 1648, é um relatório e um parecer notavelmente minucioso e criterioso, aconselhando a abrir mão da capitania em função da conservação do reino.

Inicialmente, Vieira apresenta um argumento em termos de militância:

> [...] devia V. M. entrar em grande escrúpulo, quando, por não restituir aos holandeses a companhia que tinham em Pernambuco, em que não há conversão de gentios, nem mais cristandade, que a dos portugueses e seus escravos (que se podem retirar ou viver ali com uso livre da religião católica), expusesse V. M. o manifesto perigo de todas as cristandades da Índia, que é certo que se não podem conservar em guerra com Holanda, e as conversões de tantos reinos e impérios regados com o sangue de tantos mártires, que é a maior dilatação da fé, que nunca teve a Igreja[6].

Em seguida, coloca um quadro estatístico pormenorizado dos conversos no Oriente e a perspectiva de maximizá-lo:

> Mas é muito ainda maior o que se espera converter naquelas vastíssimas regiões, principalmente nos quatro impérios do Japão, China, Mogor e Etiópia, cada um dos quais iguala em multidões à terça parte da Europa e todos têm já dado entrada ao Evangelho. E pois a glória de Deus e aumento da fé católica é a primeira obrigação de V. M.[7]

Para Vieira, os holandeses terminariam por se apropriar de Pernambuco dentro em pouco tempo. O *Papel Forte* delineia o quadro mais que preocupante dos recursos militares de Portugal, insuficientes para manter o Império espalhado em rotas de três continentes. Além disso, sua argumentação segue também no sentido de que a capitania não reunia mais tanta fortuna quanto se pensava, já que a guerra havia posto por terra muitas edificações e comprometido o funcionamento e a fazenda de inúmeros engenhos. O maior tesouro eram os portugueses e seus escravos, podendo estes e aqueles vir a ser realocados tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro. "[...] as fazendas do Brasil mais consistem no lavrador que na terra" (VIEIRA, 1995e, p. 347). Seguindo seu raciocínio, "[...] em largarmos as capitanias de Pernambuco aos holandeses, não lhes damos tanto como se imagina; damos-lhes o que era seu" (VIEIRA, 1995e, p. 352).

O que para Vieira se mostrava inegociável era a rota de Angola. Na negociação proposta, os portugueses não abririam mão do senhorio do tráfico de cativos.

> [...] de Pernambuco não se pode tirar proveito algum sem escravos, e sendo nós senhores de Angola, não podem os holandeses ter escravos senão pela nossa mão, que é outro gênero de dependência, são sempre os há de obrigar a nos guardarem o prometido (VIEIRA, 1995e, p. 361).

Por um lado, a perspectiva de Vieira é a continuidade e a perenidade do Império; por outro, em contrapartida, a estratégia é pontual e conjuntural:

> Desta maneira, damos Pernambuco aos holandeses, e não dado, senão vendido pelas conveniências da paz, e não vendido para sempre, senão a retro aberto, para o tornarmos a tomar com a mesma facilidade, quando nos virmos em melhor fortuna; que agora, é querer perder isto e o demais (VIEIRA, 1995e, p. 341).
>
> Nesta maneira, se poderão introduzir as companhias mais segurança e proveito, e aumentar-se o comércio, que só com a paz cresce, e com a guerra se destrói; reservando o que agora queríamos fazer aos holandeses para tempo mais oportuno, em que não só lhes tornaremos a tomar o que agora lhes restituímos, mas tudo o que tão injustamente possuem nas nossas conquistas, e o uniremos com grande glória à coroa de V. M., à qual, não por esta, senão por outra guerra, tem Deus guardado para possuir o império do mundo (VIEIRA, 1995e, p. 402).

Uma atuação contraditória que data do mesmo período – precisamente de 1647 – é a missão de negociar o casamento de D. Teodósio com a filha do duque de Orleans. Ora, isto valeria a Portugal consolidar as boas relações que vinha mantendo com a França, bem como a iniciar um período de paz com a Espanha. Neste caso, D. João IV renunciaria e partiria para o Brasil. Esta proposta não teria mesmo como granjear adesões na corte. Portugal não conseguiria perdurar como reino soberano sem o apoio de sua colônia mais próspera e promissora. Por sua vez, o Brasil não conseguiria manter-se sem a guarnição militar metropolitana, expondo-se ao risco de ser tomado pelos navios de Holanda

de modo mais efetivo que das outras vezes. Teria Vieira se embriagado com a própria genialidade? Conseguiu desagradar tanto a maior parte da corte quanto os portugueses em geral: nesta versão de Império, o reino ficaria mais reduzido e enfraquecido, em troca da paz e da aliança com os vizinhos poderosos. A proposta foi arquivada e não poderia ter outro destino.

Outro desempenho mal sucedido de Vieira aconteceu em 1650, quando de sua viagem a Roma no intuito de tramar uma engenhosa estratégia de paz e guerra: uma ofensiva contra a Espanha, promovendo a beligerância dos napolitanos e sicilianos contra os vizinhos mais incômodos de Portugal, e o casamento do herdeiro D. Teodósio com a herdeira do trono espanhol, D. Maria Teresa. O biógrafo mais conhecido de Vieira, João Lúcio Azevedo (1992, p. 143), afirma que, através da ameaça à segurança de um domínio de Castela, Portugal poderia fazer com que Felipe IV viesse a aceitar um impacto. Já João Francisco Lisboa (1964, p. 130) interpreta a proposta no sentido de que, para Vieira, esta conteria vantagens cobiçadas por Castela: a junção dos reinos na Península Ibérica e o abrandamento dos lusitanos neste jogo. A proposta não deixa de soar estranha aos olhos de um leitor contemporâneo, afeito ao mapa político da Europa após a definição dos territórios dos Estados da Europa meridional. Com o nascimento de um príncipe herdeiro das coroas de Portugal e Castela, toda a Península corresponderia a um único Estado, sendo que o rei D. Teodósio e a rainha D. Maria Teresa fixariam residência no extremo ocidental desse território – precisamente em Lisboa, sendo esta a condição de D. João IV para abdicar em nome do primogênito. Caso não viesse a nascer um herdeiro, o casal reinaria a partir de Lisboa, sendo que Portugal e Espanha conservar-se-iam independentes entre si. Cabe aqui uma pergunta: não estaria Vieira impregnado do fado da biografia de D. Sebastião, adormecido sem herdeiro? Nesta trama que não deixa de parecer novelesca aos nossos olhos, a política e a religião fazem um trato de risco com a genética...

Com o fracasso dessas propostas, Vieira conheceu uma progressiva perda de legitimidade na corte. Sua atuação não parece muito nítida em algumas passagens e é possível que o resgate de documentos diplomáticos em Portugal ou Espanha venha a preencher as lacunas dos estudos históricos sobre este aspecto de sua atuação como assessor e procurador de D. João IV. Sua atuação não deixa de figurar como algo enigmática, como se tivesse cartas na manga que não chegou a mostrar. É possível que Vieira tenha percebido a real situação política, economia e militar de Portugal como tão frágil que seria melhor advogar a relativização da soberania do reino que comprometer a própria perenidade da dinastia de Bragança. Esta seria salva, vindo para o Brasil. Teria Vieira se deixado inebriar pelo seu narcisismo a ponto de este falar mais alto que a racionalidade? Ou isto não pareceria absurdo a quem bebia da racionalidade barroca, deslizando entre extremos com a destreza de suas antíteses retóricas? Interpretando este processo específico com um pouco mais de crueza, o que ficou evidente foi não somente o limite da sua engenhosidade político-institucional como a própria fragilidade de Portugal no concerto europeu.

Enquanto estas possibilidades se colocavam, Vieira não descuidou da preparação de D. Teodósio para o lugar que viria a ter no Império. É assim que o preceptor escreve ao seu educando, em 1650, durante uma viagem a Roma:

> [...] ao chegar esta nova, V. A., logo sem esperar outro preceito, se ponha de curto, o mais bizarro que puder ser, e se saia a cavalo por Lisboa, sem mais aparato nem companhia que a que voluntariamente seguir V. A., mostrando-se no semblante muito alegre e muito desassustado, e chegando a ver e reconhecer com os olhos todas as partes em que se trabalhar; informando-se dos desígnios e mandando e ordenando o que melhor a V. S. parecer, que sempre será o mais acertado; mandando repartir algum dinheiro entre os soldados e trabalhadores, e se V. A. por sua mão o fizesse, levando para isso quantidade de dobrões, este seria o meu voto; e que V. S. se humane conhecendo os homens e chamando-os por seu nome, e falando não só aos grandes e medianos, senão ainda aos mais ordinários: porque desta maneira se conquistam e se conformam os corações dos vassalos, os quais, se V. S. tiver de sua parte, nenhum poder de fora será bastante a entrar em Portugal [...] A idade, o engenho, as obrigações, tudo está empenhando a V. A. a obrar conforme o seu sangue real, e mostrar ao mundo que é V. A. herdeiro de seus famosíssimos progenitores, não só no cetro, mas muito mais no valor (Carta ao Príncipe D. Teodósio. In: VIEIRA, 1995c, p. 228-9).

Outra proposta de Vieira que não alcançou êxito foi a divisão da província jesuítica de Portugal, formando-se uma nova província no Alentejo, de onde proviera o próprio D. João IV. A muitos

dos outros jesuítas, isto equivaleria a colocar assuntos eminentemente temporais adiante daqueles propriamente eclesiásticos. Estaria Vieira perdendo a noção das distinções das esferas humanas? Propunha novidades com certa frequência e intempestividade, ainda que parecessem impertinentes ou impróprias, revelando-se algumas mesmo inexequíveis. O crescimento de seu prestígio já havia levado alguns de seus companheiros de ordem a propor seu retorno ao Brasil em 1644, o que não se viabilizou em virtude da intervenção real. A irritação que isto causou no âmbito dos jesuítas portugueses foi suficiente para que se cogitasse sua expulsão da ordem, em 1649, o que não foi adiante por contar ele com a forte proteção, além da confiança e admiração, do próprio D. João IV.

Foi o acúmulo de desgaste em virtude dessas empresas malfadadas que levou a Companhia de Jesus a destinar Vieira ao Maranhão, em 1652. Ao contrário do que se verificou em 1644 e 1649, D. João IV não se intrometeu, pois manter Vieira em Portugal poderia equivaler a deixa-lo indefeso diante do Santo Ofício, justamente quando o número de seus inimigos e desafetos crescia.

Onze anos após a viagem a Lisboa para participar das comemorações da Restauração, volta Vieira a cruzar o Atlântico. Desta vez, envolve-se de forma intensa na dinâmica tensa entre colonos e jesuítas, principalmente no que concerne à escravização dos indígenas. Declara sem diplomacia sua revolta contra a infidelidade dos colonos portugueses que ali estavam mediante concessão régia do comércio e das atividades agrícolas. Neste período, dirigiu-se algumas vezes a Lisboa, passando por Belém do Pará. Às vésperas de uma dessas viagens, profere o famoso *Sermão de Santo Antônio aos Peixes*, em que se encontra declarada sua indignação diante do modo como se conduziam os negócios e a administração no Brasil. Vieira passar a colecionar antinomias com relação aos colonos e suas autoridades constituídas, disputando com eles a legitimidade naquilo que lhe parecia mais importante e, coincidentemente, menos observado: o respeito à tutela dos índios, como se pode ler numa carta dirigida em 1654 ao Provincial do Brasil:

> Respondi ao Vigário Geral que nós não íamos às missões por ordem do Capitão-Mor, nem pelas confianças que fazia de nós, senão pelos poderes que nos dava El-Rei para isso, o qual ordenava a ele, não que nos mandasse, senão que nos desse tudo o que lhe pedíssemos. Que a emenda do regimento, para vir em forma, havia de dizer que na direção da jornada, e no tocante de trazer, ou deixar, ou pôr os índios em qualquer parte que quiséssemos, seguisse o capitão o que lhe dissessem os Padres, por mandar assim S. M. E persisti tanto neste empenho porque como esta missão é a primeira, e a que há de servir de exemplo às demais, convém muito que se não perca nada de jurisdição, e que os governadores não mandem sobre nós na disposição dos índios; porque seria o mesmo que cativá-los, por nosso meio, com maior deformidade que até, agora, e impedir-se totalmente a conversão dos gentios (VIEIRA, 1995b, p. 238).

Com efeito, numa dessas viagens, no ano de 1655, retoma a intimidade com D. João IV e obtém do monarca, para os jesuítas, a plena jurisdição dos índios daquela região aos jesuítas. Em 1659, entre a região do Tocantins e Belém do Pará, escreve *Esperanças de Portugal.* A primeira versão desta obra foi enviada a D. André Fernandes, seu amigo, bispo do Japão. Mesmo em condições psicológicas e técnicas das mais adversas, dá início aos cuidados com a edição dos *Sermões*, no que agiu por indicação dos próprios superiores. Vieira afirma aí, com todas as letras, que Portugal seria o quinto império vislumbrado no Antigo Testamento, somando-se à Assíria, Pérsia, Grécia e Roma.

Já em 1661, no Maranhão e no Pará, os colonos passaram a encarar com mais beligerância os jesuítas, brandindo a acusação de que os padres se posicionavam contra a prosperidade da província e do reino, que seria a maior razão de sua presença no Novo Mundo. Nisto resultou a expulsão dos jesuítas dessa região e seu retorno a Portugal. Isto, contudo, não seria o mais penoso. Novamente é acusado pelo Tribunal do Santo Ofício, quando a configuração política o desfavorecia fragorosamente, considerando as querelas que havia colecionado com outros jesuítas, clérigos e cortesãos quando de seu ofício de conselheiro real.

Em 1664, defendendo-se diante do Santo Ofício pelas ideias publicadas em *Esperanças de Portugal*, radicalizaria suas convicções na *História do Futuro.* Esse texto consiste sobretudo nos livros anteprimeiro, primeiro e segundo, consubstanciando notável erudição e asseverando a tese da vocação sagrada do Império, que viria a se identificar historicamente com a dinastia de Bragança. O roteiro do terceiro capítulo da *História do Futuro* interessa especialmente aos efeitos da argumentação do

presente artigo e consiste em sete afirmações: 1) haverá um novo Império; 2) de que império se trata; 3) quais seriam suas grandezas e felicidades; 4) quais seriam os meios pelos quais será introduzido; 5) onde será realizado; 6) quando será realizado; 7) e em que pessoa. Vieira aportava motivos para que os portugueses e seu reino esperassem para um tempo não distante o estabelecimento de um poderoso e magnífico império, que abarcaria o mundo. Veja-se o trecho seguinte:

> O Mundo que conheceram os Antigos se dividiu em três partes: África, Europa, Ásia; depois que se descobriu a América, acrescentou-lhe a nossa idade esta quarta parte; espera-se agora a quinta, que é aquela terra incógnita, mas já reconhecida, que chamamos Austral. Este foi o Mundo passado, e este é o Mundo presente, e este será o Mundo futuro; e destes três mundos unidos se formará (que assim o formou Deus) um Mundo inteiro. Este é o sujeito da nossa História, e este o império que prometemos do Mundo. Tudo o que abraça o mar, tudo o que alumia o Sol, tudo o que cobre e rodeia o Sol, será sujeito a este Quinto Império; não por nome ou título fantástico, como todos os que até agora se chamaram impérios do Mundo, senão por domínio e sujeição verdadeira. Todos os reinos se unirão em um centro, todas as cabeças obedecerão a uma suprema cabeça, todas as coroas se rematarão em uma só diadema, e esta será a peanha da cruz de Cristo (VIEIRA, 2005, p. 278).

Estaria Portugal, portanto, predestinado à grandiosidade que, por sua vez, já se encontrava prefigurada na cena reiterada sem economias de páginas e sermões na retórica religiosa. Ora, trata-se da aparição de Jesus Cristo ao primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henrique, nos momentos que antecederam a batalha de Ourique, em 1139. No trecho seguinte, Vieira associa a aurora do reino à perda da soberania, em 1580, e à sua restauração, cerca de quinhentos anos após.

> Antes do nascimento de Portugal, apareceu o mesmo Cristo a El-Rei (que ainda o não era) D. Afonso Henriques, e lhe revelou como era servido de o fazer rei, e a Portugal reino; a vitória que lhe havia de dar em batalha tão duvidosa e as armas de tanta glória com que o queria singularizar entre todos os reinos do Mundo. E o embaixador e intérprete deste e de outros futuros, que depois se viram cumpridos, foi aquele velho, desconhecido e retirado do Mundo, o ermitão do campo de Ourique; para que conhecesse e não pudesse negar Portugal que devia a Deus a vitória e a coroa, e que era todo seu desde seu nascimento. Antes da sua ressurreição, que todos vimos também, foi revelado o sucesso dela com todas suas circunstancias, não havendo quem ignorasse ou quem não tivesse lido que no ano de quarenta se havia de levantar em Portugal um rei novo e que se havia de chamar João. E o intérprete deste futuro que parecia tão impossível, e de tantos outros que logo se cumpriram e vão cumprindo, foi a nossa experiência, para que conhecesse outra vez Portugal que a Deus e não a outrem devia a restituição da coroa que havia sessenta anos lhe caíra da cabeça ou lhe fora arrancada dela (VIEIRA, 2005, p. 288).

Especialistas na obra de Vieira consideram que o terceiro livro, justamente a parte chamada *o plano da obra*, corresponderia ao esquema da *Clavis Prophetarum – A Chave dos Profetas –,* versão ampliada em latim da *História do Futuro.* O posicionamento de Vieira, aí, difere daquele dos profetas. Estes, no seu tempo, revelavam o que haviam escutado de Deus; por sua vez, Vieira prevê e escreve em primeira pessoa, como estudioso e pregador. Quando se refere ao sonho de Nabucodonosor interpretado pelo profeta Daniel, adiciona sua interpretação à do profeta, nomeando os impérios que se sucederiam à Assíria. E tampouco o faz como a proposição de uma utopia, como os autores do Renascimento com os quais havia tido contato. Afinal, uma utopia não tinha garantia divina... Vieira age como quem está completando a revelação da verdade em um tempo posterior, quinze séculos passados desde a encarnação do Verbo. Na interpretação de Adma Muhana, "O historiador-profeta-missionário que Vieira pretende ser aparece como coautor da obra divina: tanto aquele que escreve o futuro como aquele que o interpreta e que age para que se realize" (MUHANA, 2015, p. 39).

Já não viviam D. João IV e D. Teodósio, governando como regente a rainha D. Luísa, que tomou por conselheiro ao mesmo Vieira. Este obtém da rainha regente o decreto de deportação para o Brasil de um certo número de portugueses que articulava a coroação do infante Afonso, o segundo na ordem de herança do trono, que já se colocava como primeiro em virtude da morte de seu irmão primogênito. Entretanto, com a ascensão ao trono do infante como Afonso VI em 1662, o prestígio

de Vieira novamente diminui, sendo confinado na casa da Companha de Jesus na cidade do Porto e, em seguida, em Coimbra. Seguem-se novas acusações do Tribunal do Santo Ofício pelo teor de *Esperanças de Portugal*, de que se defende em 1663. É diversas vezes interrogado. Em 1665, novamente é encarcerado. Em 1667, obtém a soltura mediante o silêncio obsequioso, vindo a enclausurar-se no noviciado de Lisboa.

Este é um período de muitas idas e vindas. Em 1669, volta a Roma para cuidar de um processo de canonização, sendo recebido elogiosamente pelo Padre Geral João Paulo Oliva, passando a ser o pregador predileto do superior maior dos jesuítas. Isto corresponde a uma rápida retomada do seu prestígio. Rapidamente, torna-se conhecido e admirado como orador na língua italiana, vindo a alcançar a proximidade, amizade e distinção da rainha Cristina da Suécia, tornando-se seu confessor.

Vieira aproxima-se também do trono de Pedro, então ocupado por Clemente X, obtendo deste a sua isenção Tribunal do Santo Ofício. Nesse ínterim, acompanha a queda de prestígio de Portugal diante da prosperidade e poder que os ingleses e franceses no Atlântico e no Índico.

Vieira volta a Lisboa em 1675, envolvendo-se de pronto na defesa de Gonçalo Ravasco, seu sobrinho que havia recebido como herança de seu pai, Bernardo Ravasco, irmão de Antônio Vieira, o cargo de Secretário Geral do Brasil que lhe havia conferido D. João IV. Gonçalo enfrentava dificuldades no bojo das mudanças na configuração político-institucional do Império. Governava como regente o terceiro filho de D. João IV, Pedro, que solicita a Gonçalo uma certidão das mercês que lhe teria concedido o pai. Numa atitude indignada e num tom que poderia ser considerado desaforado, Vieira encaminha ao regente duas certidões. Na primeira, exalta as décadas de serviço que prestara à coroa, não deixando de se referir às missões que recebera diretamente do próprio D. João IV, algumas das quais lhe haviam trazido riscos e percalços. Nesta certidão, ressalta o sucesso que obtivera nesses empreendimentos.

> Estes são, senhor, por maior os serviços do padre Antônio Vieira em 38 anos, tão baixamente avaliados nos registros das mercês de V. A., que só se alegam por parte do merecimento, para se dar a um filho do proprietário o ofício de seu pai, que nenhum rei de Portugal negou.[8]

Na segunda certidão, Vieira revela, como de costume, familiaridade tanto com a burocracia da corte quanto com os negócios e a administração do Brasil. Discorda frontalmente da destituição de Gonçalo do cargo e da privação de boa parte do patrimônio, o que o levara a endividar-se para levar adiante seu engenho.

Em 1679, já pôde ver em Lisboa a primeira edição dos *Sermões*. Sua saúde já se encontrava debilitada, como a sua própria posição na corte regida por Pedro de Bragança. Retorna então a Salvador com 73 anos, em 1681. Os percalços do destino não o abandonariam, contudo. No ano seguinte, o papa Inocêncio XII revoga o breve de seu antecessor, Clemente X, que o livrava das acusações do Santo Ofício. É tensa a situação em torno do seu nome e sua condição não deixa de mudar. Em 1688, com 80 anos, o novo Geral da Companhia de Jesus, Tyrso Gonzalez, nomeia Vieira Visitador Geral da ordem no Brasil. Tal nomeação se configura mais como uma homenagem e um reconhecimento que um procedimento efetivo, uma vez que o cargo de Visitador Geral supunha que Vieira teria que viajar constantemente pelo Brasil, enfrentando distâncias não desprezíveis e condições impróprias para sua idade e saúde. Na verdade, ocupa-se mais da revisão e compilação dos *Sermões* para a edição, tanto que renuncia ao cargo três anos depois, aguardando ardentemente as edições de sua parenética.

No final do século XVII, enfraquecido, com a dentição, a audição e a visão comprometidas, continua a se envolver em discussões político-institucionais. Isto se verifica, por exemplo, quando intercede junto ao Procurador da Companhia de Jesus no sentido de se contrapor a uma nova a nova legislação sobre os índios. Em 1694, já com 86 anos, coloca-se veementemente contra a pretensão dos paulistas de utilizar a mão-de-obra dos índios nas minas que se descobriam na Chapada Diamantina, sendo que a maior parte dos jesuítas e políticos estava a favor da estratégia dos paulistas. Vieira vê-se privado da prerrogativa de se pronunciar e responder. Recorrendo ao Padre Tyrso Gonzalez, obtendo a anulação da resolução neste sentido, mas não viveria o necessário para conhecer os desdobramentos do seu pleito.

Seus últimos anos passou em Salvador, na casa das Quintas, onde hoje se instala o Arquivo Público do Estado da Bahia. Morreu em 1697, aos 89 anos, suspirando por ver a publicação de seus

Sermões, acreditando na consolidação do Quinto Império do mundo. No reinado de Pedro II – coroado em 1683 –, a prosperidade de Portugal andava um tanto comprometida. Vieira não veria o esplendor das minas e seus dividendos para o reino. Certamente teria proposições interessantes a respeito das novas possibilidades abertas pelo ouro.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da biografia e da obra de Vieira permite perceber na sua trajetória singulares contradições. Quando se trata da defesa do Império e da dinastia de Bragança, não mede esforços nem padece de escrúpulos em propor medidas institucionais, econômicas e jurídicas aos efeitos de que se adotassem procedimentos mercantilistas. É o caso da formação de uma versão portuguesa da Companhia das Índias Ocidentais, cujo capital inclui a participação dos cristãos novos como acionistas, já em 1649. Na interpretação de Alfredo Bosi (1992), não se tratava, para Vieira, de modificar ou atenuar os preceitos da nobreza, da honra e da origem, suportes da realeza que, para o pregador, retinha odores de divindade.

O projeto pelo qual propugnava consistia na centralização estatal em torno da figura do rei e no enfrentamento dos desafios não somente de manter o Império, mas fazer com que correspondesse à sua vocação de O Quinto Império do Mundo. Esta orientação de Vieira não o leva a colaborar com os colonos e empresários portugueses no Brasil; frequentemente entra em colisão com esses seus conterrâneos, deitando contra eles uma verve implacável. Além de sua fidelidade à coroa e ao Império, sua obra também se compreende mediante a convicção de que era uma prerrogativa da Igreja – no seu caso específico, da Companhia de Jesus – a tarefa de normatizar e liderar alguns aspectos e desdobramentos neste processo. Este ponto foi mais agudo quando se tratou, diversas vezes, do estatuto jurídico dos índios.

Não se trata simplesmente da famosa "cega obediência" característica dos jesuítas. No âmbito das questões religiosas, teológicas e eclesiásticas, pode-se observar a desenvoltura no modo como recorreu ao Sumo Pontífice como estratégia de superar a jurisdição do Santo Ofício. Neste sentido, não hesitou em aproximar-se da Cúria Romana, seduzindo seus ouvintes com seu talento retórico e versatilidade, podendo discorrer sobre inúmeras questões conforme a situação e os interesses em jogo. Além disto, aproximando-se diretamente do Padre Geral em Roma, conseguiu se livrar dos colegas jesuítas desfavoráveis às suas posições.

No âmbito político, não mediu viagens, cartas, discursos, sermões e exposições de motivos no sentido de propiciar a realização dos projetos de que era partidário. Sua atuação foi importante no processo de deslegitimação de D. Afonso VI, ainda que este, com a morte de Teodósio, fosse o primeiro na linha sucessória da casa de Bragança. Ou seja, a primazia e legitimidade plena do monarca não se configurava, para Vieira, apenas como um simples direito divino. No contexto do pensamento político e religioso da modernidade nascente, desde a segunda metade do século XVI, o rei teria que corresponder a algumas exigências para que sua legitimidade pudesse ser reconhecida e sua figura fosse reverenciada.

A afirmação da legitimidade e procedência divina do Quinto Império, para Vieira, nem sempre coincide com a observação da prosperidade e do bom sucesso dos negócios lusitanos. A glória de Portugal se afirma como projeto e necessidade, diversas vezes, justamente em meio a circunstâncias adversas, mesmo vexatórias. O limite entre a certeza e a obsessão parece não existir nesta mente tão prodigiosa e inquieta. Talvez reste muito ainda por capturar de sua compreensão do seu século, sobretudo a partir da construção que elabora do Império. É possível que o lançamento de sua Obra Completa venha favorecer um estudo mais aprofundado de seu legado, mesmo considerando a dificuldade representada pelas suas dimensões.

Notas

1 Disponível em: <http://obracompletavieira.blogspot.com.br/>. Acesso em: 17.01.2015.

2 Disponível em: <http://obracompletavieira.blogspot.com.br/>. Acesso em: 17.01.2015.

3 Relação da viagem e naufrágio da nau São Paulo, que foi para a Índia no ano de 1560, de que era Capitão Ruy de Mello da Câmara, Mestre João Luís e Piloto Antônio Dias, escrita por Henrique Dias, Criado do Sr. D. Antônio Prior do Crato. (BRITO, 1998, p. 203

4 Proposta feita a El-Rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas parte da Europa pelo Padre Antônio Vieira (VIEIRA, 1995d, p. 291-2).

5 Proposta feita a El-Rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas parte da Europa pelo Padre Antônio Vieira (VIEIRA, 1995d, p. 293).

6 Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses) (VIEIRA, 1995e, p. 340).

7 Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses) (VIEIRA, 1995e, p. 341).

8 Memorial feito ao Príncipe Regente D. Pedro II pelo Padre Antônio Vieira sobre os seus serviços, e os de seu irmão juntamente (VIEIRA, 1995f, p. 425).

Referências

AS EXCELÊNCIAS DO GOVERNADOR: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). Org. Stuart Schwartz e Alcir Pécora (2002). Tradução Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

AZEVEDO, João Lucio. História de Antonio Vieira. 2. vol. Lisboa: Clássica, 1992.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português (1415-1825).* Trad. Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70 Ltda. Apresentação de Diogo Ramada Curto.

DORÉ, Andréa. Charles Boxer, novas perguntas e os butins de guerra nos espaços portugueses no século XVII. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes e VAINFAS, Ronaldo. *Império de várias faces:* relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo: Alameda, 2009.

HANSEN, João Adolfo. Desencolhe cabeças. Entrevista a Bruno Garcia. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 10, n. 112, janeiro 2015, p. 44-49.

LISBOA, João Francisco. *Vida do Padre Antônio Vieira*. São Paulo: W.M. Jackson, 1964.

MARQUES, João Francisco (2004). "A Utopia do *Quinto Império* em Vieira e nos pregadores da Restauração". *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n. 2. http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm. Acesso em 13/07/2008.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Império de várias faces:* relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo: Alameda, 2009.

MUHANA, Adma. Deus quer, Portugal será. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 10, n. 112, janeiro 2015, p. 36-39.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial.* São Paulo: Brasiliense, 6ed, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia).* São Paulo: Brasiliense, 11ed, 1996.

RELAÇÃO da viagem e naufrágio da nau São Paulo, que foi para a Índia no ano de 1560, de que era Capitão Ruy de Mello da Câmara, Mestre João Luís e Piloto Antônio Dias, escrita por Henrique Dias, Criado do Sr. D. Antônio Prior do Crato. In: BRITO, Bernardo Gomes de. *História Trágico-Marítima.* Apresentação Ana Miranda. Introdução e notas Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Lacerda Editores : Contraponto Editora, 1998, p. 191-259.

SOUZA, Laura de Mello e, FURTADO, Junia Ferreira e BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VIEIRA, Antônio. Sermão pelo bom sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda na cidade da Baía, no ano de 1940, com o SS. Sacramento Exposto. In: *Obras Completas do Padre António Vieira,* Sermões, v. V, tomos XIII, XIV e XV. Porto: Lello e Irmão Editores, 1959, p. 197-326.

VIEIRA, Antônio. Carta ao Geral da Companhia de Jesus. In: *Escritos Históricos e Políticos.* Alcir Pécora (estabelecimento dos textos, organização e prefácio). São Paulo: Martins Fontes, 1995a, p. 145-214.

VIEIRA, Antônio. Carta ao Padre Provincial do Brasil. In: *Escritos Históricos e Políticos.* Alcir Pécora (estabelecimento dos textos, organização e prefácio). São Paulo: Martins Fontes, 1995b, p. 231-260.

VIEIRA, Antônio. Carta ao Príncipe D. Teodósio. In: *Escritos Históricos e Políticos.* Alcir Pécora (estabelecimento dos textos, organização e prefácio). São Paulo: Martins Fontes, 1995c, p. 227-230.

VIEIRA, Antônio. Proposta feita a El-Rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas parte da Europa pelo Padre Antônio Vieira. In: *Escritos Históricos e Políticos.* Alcir Pécora (estabelecimento dos textos, organização e prefácio). São Paulo: Martins Fontes, 1995d, p. 283-304.

VIEIRA, Antônio. Papel que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses *Escritos Históricos e Políticos.* Alcir Pécora (estabelecimento dos textos, organização e prefácio). São Paulo: Martins Fontes, 1995e, p. 337-402.

VIEIRA, Antônio. Memorial feito ao Príncipe Regente D. Pedro II pelo Padre Antônio Vieira sobre os seus serviços, e os de seu irmão juntamente. In: *Escritos Históricos e Políticos.* Alcir Pécora (estabelecimento dos textos, organização e prefácio). São Paulo: Martins Fontes, 1995f, p. 419-427.

VIEIRA, Antônio. *História do Futuro.* José Carlos Brandi Aleixo (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.